

## Em julho de 2014, defasagem salarial dos servidores irá atingir 26,7%

*UCE retoma articulação para frear, a tempo, as perdas inflacionárias*

**A**lta defasagem salarial marca o retorno da articulação da União das Carreiras de Estado (UCE). Por meio do Corrosômetro – índice de aferição da perda inflacionária sobre a remuneração dos servidores públicos – o grupo retoma a mobilização. Apuração do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) revela que até julho deste ano as perdas chegarão a 26,7%.

O parâmetro utilizado para a construção do Corrosômetro foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A) real até fevereiro, estimado em 6,1% para o ano de 2014.

O estudo também avaliou as perdas ocorridas apenas durante o Governo Dilma, que ultrapassam os 9%, já descontadas as duas parcelas de 5% do acordo salarial, concedidas em janeiro de 2013 e 2014. A terceira está prevista para 2015.

A denúncia é clara: sem política salarial, os efeitos inflacionários corroem o poder aquisitivo dos servidores. Por isso a **UCE** alerta para a importância da participação efetiva de todos nessa mobilização.

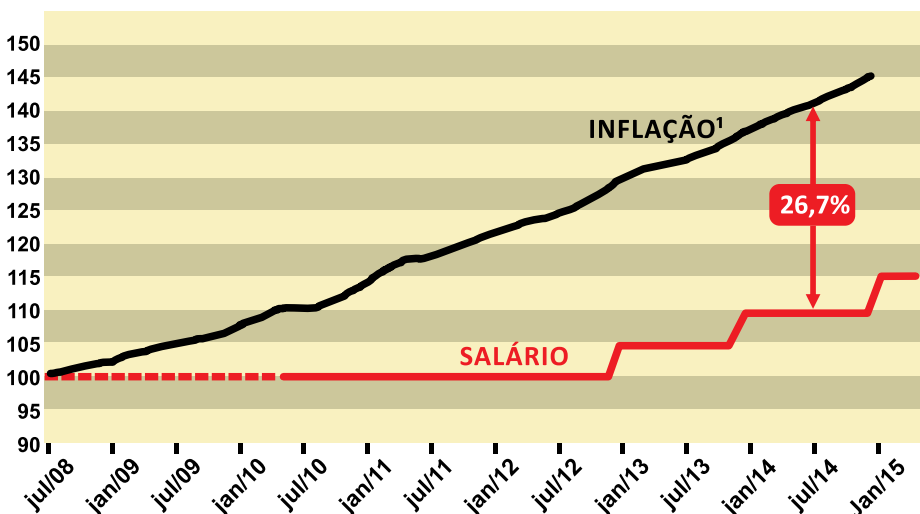
E o tempo é curto. O calendário político deste e do próximo ano preocupa todos os dirigentes. Em

2014, por causa da Copa do Mundo e das eleições; e em 2015, por se tratar do primeiro ano do próximo governo, quando, tradicionalmente, há forte restrição fiscal, o que poderá prejudicar eventuais negociações salariais. ■

### REIVINDICAÇÕES COMUNS

A proposta da UCE é a recomposição imediata das perdas inflacionárias de 26,7%. Outras reivindicações estão no interior deste informativo.

## Corrosômetro



1) IPC-A (IBGE) acumulado real até fev/2014 e estimado em 6,1% para o ano de 2014.

### GOVERNO DILMA (jan/11 a dez/14)

Varição IPC-A	26,7%
Varição Salário	15,8%
Defasagem	9,4%

## MESAS SECCIONAIS

**A**lém da pauta comum, as entidades representativas integrantes da UCE têm pautas específicas, igualmente importantes. Por isso, o grupo reivindica a instalação de mesas seccionais de negociação com o Governo.

Saiba mais em:  
<http://migre.me/ixOnP>

**REAJUSTE DE BENEFÍCIOS**

## Congelamento de benefícios desestimula atuação dos servidores do Executivo

*Valores pagos pelo Governo a título de diárias de serviço, adicional de deslocamento, auxílio-alimentação, auxílio-creche, indenização de transporte e assistência à saúde estão defasados e sem previsão de reajuste, o que compromete a prestação do serviço público*



O valor das diárias e do adicional de deslocamento pago aos servidores públicos federais está congelado desde julho de 2009, obrigando o servidor a comprometer sua renda para custear viagens a serviço. A indenização de transporte pela utilização de veículo próprio para execução de serviços externos – de R\$ 17,00 – está congelada desde 1999.

Para exemplificar a defasagem do auxílio-alimentação pago ao Executivo, o quadro a seguir compara os valores deste benefício em cada um dos três Poderes. ■

Poderes da República	Valor do Auxílio-alimentação
Executivo	R\$ 373,00
Judiciário	R\$ 751,00
Legislativo	R\$ 784,75

**NO LEGISLATIVO**

### A UCE defende a aprovação:

**PEC 555/2006 - Câmara dos Deputados**

**Tramitação:** pronta para pauta no Plenário em regime especial.

**Do que trata:** revoga o art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003 - cobrança previdenciária sobre proventos dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

**Autor:** ex-deputado Carlos Mota (PSB/MG)

**Relator:** deputado Luiz Alberto (PT/BA)

**PEC 170/2012 - Câmara dos Deputados**

**Tramitação:** aguarda criação de Comissão Temporária pela Mesa e parecer do relator na Comissão Especial.

**Do que trata:** dá nova redação ao inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal - garante proventos integrais ao servidor que se aposentar por invalidez.

**Autor:** deputada Andreia Zito (PSDB/RJ)

**Relator:** deputado Marçal Filho (PMDB/MS)

**REDUÇÃO DOS CARGOS DE LIVRE NOMEAÇÃO**

## Grupo cobra valorização dos servidores de carreira

A proposta da **UCE** é de que os cargos de livre nomeação sejam ocupados por servidores de carreira, cujas atribuições sejam compatíveis com as funções a serem exercidas. O elevado número de cargos técnicos e de gestão ocupados com base em critérios político partidários dificulta a implementação de políticas de longo prazo. De acordo com estudo do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, “O

Papel das Instituições nos Incentivos para Gestão Pública”, há mais corrupção onde a proporção de concursados é menor. Além disso, a rotatividade e a descontinuidade de projetos e serviços são maiores onde é elevada a nomeação de pessoas externas ao serviço público. Para que a profissionalização no serviço público exista, é preciso observar a recomposição dos quadros em diversas carreiras de Estado. Algumas carreiras in-

tegrantes da **UCE** têm defasagem superior a 50% do quadro aprovado inicialmente. Além disso, é possível observar alto índice de aposentadoria. ■

*Há mais corrupção onde a proporção de concursados é menor*

Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado

**CONVENÇÃO 151**

## Governo negligencia compromisso internacional

*Permanece sem regulamentação a Convenção 151 da OIT que assegura direitos dos trabalhadores do serviço público*

A **UCE** denuncia a inércia do Governo na regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que recomenda aos países signatários a garantia ao direito à negociação coletiva, ampla liberdade de organização sindical e greve no serviço público.

O descaso governamental deixa os servidores públicos sem direitos trabalhistas já consagrados aos de mais trabalhadores brasileiros, o que prejudica toda a sociedade.

A Convenção 151 da OIT foi aprovada pelo Congresso Nacional em abril de 2010 e ratificada em junho do mesmo ano pelo então



presidente da República. Após esse ato, o Brasil deveria adequar sua legislação no prazo de um ano, prorrogável por mais um.

Em 2011 e 2012 permaneceu o impasse diante das duas propostas de Projetos de Lei que tramitavam no Congresso Nacional. Em 2013, passado o prazo de prorro-

gação para a regulamentação, as Centrais Sindicais se uniram para pedir providências da Presidência da República quanto à questão.

Porém, até agora, o governo negligencia a plena regulamentação, exigindo que a questão permaneça como importante item da pauta de reivindicações da **UCE**. ■

# Integram a UNIÃO DAS CARREIRAS DE ESTADO as seguintes entidades representativas:



**afiiepa-sindical**  
Sindicato Nacional  
dos Servidores do Ipea



**aner**  
Associação Nacional dos Servidores Efetivos  
das Agências Reguladoras Federais



**Associação Nacional  
dos Peritos Criminais Federais**

**Associação Nacional dos  
Médicos Peritos da Previdência Social**



**Associação Nacional  
dos Oficiais de Inteligência**



**SINAL**  
SINDICATO NACIONAL DOS  
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL



**Sindicato Nacional dos  
Auditores Fiscais do Trabalho**

**SindPFA**  
Sindicato Nacional dos  
Peritos Federais Agrários



**SINDIFISCO NACIONAL**  
SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS  
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SindSUSEP**  
Sindicato Nacional dos Servidores da SUSEP

**SinTBacen**  
Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central

**UNACON Sindical**  
SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS  
E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE

**UNAFE**  
União dos Advogados Públicos  
Federais do Brasil